

Itinerários pela Amazônia: trajetórias de migrantes nordestinos na cidade de Santa Luzia do Pará (1960-1980)

Marcos Antônio de Carvalho (UEPA)
Cleiciane do Socorro Rodrigues Barreto
Edivan Ferreira Nascimento

Resumo

A presente investigação discute a migração nordestina, dando enfoque a cidade de Santa Luzia do Pará, nas décadas de 1960 a 1980. O objetivo central procura apresentar os vários motivos que influenciaram essa onda migratória. A pesquisa utilizou a metodologia da História Oral para analisar as memórias dos migrantes, histórias de vida e a itinerância dessa trajetória. Esta análise faz um breve debate historiográfico sobre as migrações nordestinas para à Amazônia ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX, além de discussões precisas no que diz respeito aos conceitos de memória e a importância da oralidade na construção da história das migrações.

Palavras-chave: Migração nordestina; Memória; História Oral

Abstract

The present investigation discusses northeastern migration, focusing on the city of Santa Luzia do Pará, in the 1960s to 1980s. The central objective seeks to present the various reasons that influenced this migratory wave. The research used the Oral History methodology to analyze the migrants' memories, life histories and the itinerancy of this trajectory. This analysis makes a brief historiographical debate about the northeastern migrations to the Amazon that occurred throughout the 19th and 20th centuries, in addition to precise discussions regarding the concepts of memory and the importance of orality in the construction of the history of migration.

Keywords: Northeastern migration; Memory; Oral History.

Introdução

Resultado de parte de um Trabalho de Conclusão de curso, este artigo faz uma breve discussão bibliográfica com a historiografia existente sobre a migração nordestina ao longo dos séculos até se aproximar ao recorte temporal e espacial deste trabalho, 1960 a 1980. A migração nordestina para a Amazônia é um fator recorrente desde o fim do século XIX e ao longo de quase todo o século XX e são vários os motivos que fazem com que essas migrações ocorram, a historiografia existente nos revela partes da história dessas pessoas que por algum motivo decidiram ou foram obrigados a migrar de suas terras.

Assim, entende-se que o presente estudo se justifica e ganha importância no meio acadêmico e social pelo fato de buscar compreender a história de vida em meio ao processo migratório, além do que já foi dito pela História Oficial, pelo viés da História Oral, ou seja, das memórias dessas pessoas, pois acreditamos que trabalhar com a oralidade é uma forma de valorizar a história social e local de personagens que por muito tempo ficaram relegados.

Este estudo tem como objetivo compreender a migração nordestina para Amazônia, a fim de identificar entre os diversos motivos, com base em revisão historiográfica e dialogando com a oralidade, quais fatores são determinantes para que esses sujeitos migrem, para onde migrar e qual motivo fez com que nordestinos se fixassem em Santa Luzia do Pará, nas décadas de 60 a 80 do século passado, haja vista que é nesse período em que muitos nordestinos desembarcaram no referido local, procurando analisar o cenário histórico em que a Amazônia estava inserida que, de certo, acabou por influenciar tal fluxo. Afim de contemplar tal discussão o trabalho está organizado nas seções: *Migrantes itinerários: por que e para onde migrar?*; *Uma discussão necessária: a memória como ferramenta viva do passado no presente e a oralidade como fonte histórica*. A primeira, ressaltando os motivos que fazem com que essas migrações aconteçam e a última apresenta-se um debate sobre o conceito de memória, bem como o valor e a importância da oralidade na construção da história das migrações.

Migrantes itinerários: por que e para onde migrar?

Antes de adentrarmos as discussões de nossa pesquisa é importante conhecermos o lócus de nosso estudo, isto é, o território luziense. A cidade de Santa Luzia do Pará foi criada a partir da Lei nº 5.688 de 13 de dezembro de 1991, desmembrando-se dos municípios de Ourém, Bragança e Viseu da qual pertencia, ‘nascendo’ em um mesmo período em que muitos municípios paraenses também surgiam, na década de 1990. O presente município faz parte da mesorregião do nordeste paraense, integralizando a região

do Guamá e estando há mais ou menos 200 km da capital do estado, Belém e 47 km – reconhecida também por km 47 por ser à distância da cidade mais próxima –, Capanema. Segundo o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a cidade possui em média 19.424 mil habitantes, tendo como principal via de acesso à Rodovia BR - 316 que corta a cidade e a integraliza as demais regiões do nordeste do estado.

A partir da rápida apresentação do lócus de trabalho é importante fazer uma breve discussão sobre a questão do migrante itinerário, pois, como já mencionado, em meio às pesquisas sobre o tema pouco se trata da itinerância nas migrações nordestina. Todavia, Violeta Loureiro (1992), em seu livro “Amazônia: Estado, Homem, Natureza” dedica algumas páginas para falar desses sujeitos mediante a ação itinerária, o que em outras palavras, são pessoas que migram para à Amazônia e não se fixam aqui nessa primeira vez, ou não ficam apenas em um lugar até se fixar em determinada vila ou cidade, como é o caso de Santa Luzia do Pará. Para Loureiro (1992), esta situação está relacionada às condições de vida que o nordestino se deparava ao enfrentar as novas formas de subsistência que a região amazônica oferecia, pois:

Trabalhavam como itinerantes, no meio da mata. Ora trabalhavam na seringa, ora tocam boiadas percorrendo os trechos do Maranhão – Goiás – Pará por trilhas precárias; ora voltam ao Nordeste para quebrarem côco babaçu; entram no Pará quando há notícias de um novo garimpo; apanham castanha, desmatam áreas para pasto, são contratados para abrirem estradas, etc. (LOUREIRO, 1992, p. 16).

Diante de tal afirmativa, compreende-se que o trabalho itinerante que essas pessoas realizavam, no qual segundo Loureiro (1992, p. 16), dava-se pelo “[...] desconhecimento da natureza amazônica” o que conseqüentemente “lança os migrantes nordestino noutras atividades, diferentes daquelas praticadas regularmente pelos naturais da região”, fazia desses sujeitos itinerários. Ora, “[...] os migrantes, se, ou quando se estabilizam, tem na roça a atividade principal. Defronta-se com uma natureza que se lhes apresenta, não como abundante, mas como adversa e da qual não conseguem extrair sua sobrevivência como os naturais o fazem”. (LOUREIRO, 1992, p. 16). Importa ressaltar que a autora não quer dizer que o trabalho no nordeste não era duro, mas considera que os nordestinos, na Amazônia, estavam subordinados a penosas condições de trabalho e além do mais não estavam habituados às formas de trabalho realizadas na região.

Dessa maneira, “é preciso também considerar que a Amazônia desde os anos de 40 e mais apropriadamente nos anos 50 recebia ou era o lugar de destino de frentes nordestinas itinerantes que penetravam na região; desses, alguns retornavam, outros ficavam” (LOUREIRO, 1992, p. 20). Destarte, é a partir dessa reflexão que podemos notar

alguns dos fatores que influenciam as andanças dessas pessoas pela Amazônia, fazendo-nos compreendê-los como itinerárias e com uma larga trajetória de sobrevivência em meio ao processo de migração.

Toma-se conhecimento por meio das vastas pesquisas sobre mobilidade, que as migrações nordestinas para a Amazônia é um fator recorrente desde o fim do século XIX e ao longo de quase todo o século XX, em menor escala também ocorre durante o século XXI. São vários motivos que fazem com que essas pessoas se desloquem de suas terras a essa região, todavia sabemos esses processos migratórios sofrem influência do momento histórico que o país se encontra, do mesmo modo que cada migração tem sua história.

Posto isso, para entendimento do contexto das migrações nordestinas para a Amazônia é digno de nota refletir sobre a questão do ato de migrar e como esse processo migratório se desenrolou nos diversos contextos ao longo dos séculos. George Martine (2014) ressalta que:

Esses movimentos, que podem ser de curta ou longa distância, permanentes ou temporários, têm afetado sobremaneira os contornos de processos sociais, econômicos, demográficos e ambientais de localidades, regiões e países ao longo da história humana. Em que pese a dimensão e a relevância destes movimentos, raros são as políticas que reconhecem as suas potencialidades e procuram transformar seu dinamismo em algo positivo para a sociedade. (MARTINE *apud* OJIMA; FUSCO, 2014, p.5).

Flávio Pimentel (2012, p. 52), ao falar de migração em sua tese se questiona: “o que é migrar?”, ademais enfatiza que: o ato de migrar “é algo tão antigo quanto a própria humanidade”, não obstante, como se pode entender com Pimentel (2012), migrar significa uma troca de lugar, seja de um país, de estado ou de uma região, além do mais, para ele é algo que está intrinsecamente relacionado ao conceito de liberdade, pois:

[...] uma polêmica, a qual surge dentro dos estudos sobre migração, se refere à forma como ela ocorre. Se de forma livre e consciente, aí se pode dizer que realmente ela é um direito; ou, se de forma forçada, devido aos problemas sociais enfrentados pela classe dominada, seja pela luta da terra, seja em busca de trabalho, seja por condições adversas que fogem ao controle das pessoas, como, por exemplo, a má distribuição de renda, algo característico em países como o nosso. (PIMENTEL, 2012, p. 52).

Há algo pertinente que pode ser observado na fala de Flávio Pimentel, pois a maioria dos migrantes sai de sua terra natal obrigado, em busca de trabalho para garantir o sustento de sua família. As migrações nordestinas, sem dúvida, estão dentro dessas considerações, haja vista que:

No Brasil, nenhuma região tem sido mais afetada por processos migratórios que o Nordeste, fazendo desta diáspora um capítulo central da história nacional. Conhecido, há mais de um século, como a terra da arribação, o Nordeste está acostumado a perder grande parte de seus filhos e filhas para outras regiões. Em consequência, a região é vista como o símbolo e a materialização da migração. Um conjunto de fatores entrelaçados e complexos explicam essa tradição. A profunda desigualdade socioeconômica

historicamente consolidada na estrutura latifundiária, às características ambientais de sub-regiões afetadas por terras improdutivas e/ou períodos cíclicos de estiagem e a relativa prosperidade de outras regiões se destacam como os principais fatores estruturais subjacentes a estes fluxos. (MARTINE *apud* OJIMA; FUSCO 2014, p.5).

Nesta mesma ótica, Flávio Pimentel (2012), ao comentar a respeito dos motivos que levam essas pessoas migrarem frisa que “os migrantes vão em busca de novas terras para plantar, de novas safras agrícolas, em busca de novas regiões ‘economicamente produtivas e desenvolvidas’ para ‘tentar a vida’” (PIMENTEL, 2012, p. 53). Manoel Alves Cavalcante¹, um de nossos interlocutores, migrante da década de 70 nos fala:

*[...] corri de lá com medo dos verão, e depois que eu saí passaram 3 anos sem pingar nas biqueiras, aí foi coro pros outros que ficaram. Os que me chamaram de doido porque eu vim me embora quando olharam nós aqui... **disseram**, doido foram os que ficaram lá eu num disse nunca pa nenhuma não, mas eles diziam quando chegava aqui (risos). Nunca houve falta de chuva... o terreno muito bom de produção, produzi muito legume, é bom de criar, é bom, tudo legume que pratava aqui dava, graças a Deus!.(grifo nosso)*

O trecho da entrevista exemplifica exatamente o que fora dito acima, sobre a questão de o migrante buscar na região amazônica uma fuga das secas indo em busca de terras para tentar a vida. Assim, em sua fala, o narrador evidencia que as terras são férteis e produtivas, sendo relevante ressaltar que a circunstância climática tem peso fundamental na decisão de escolha da Amazônia como destino. Todavia, temos que considerar que o destino escolhido pelo migrante são diversos e que a seca, no lugar de origem, é um deles. Mas sempre ressaltar que não se trata de fator homogêneo, pois ainda convém lembrar que os migrantes em muitos casos:

[...] se tornam o resultado do processo político e econômico excludente que impera no país, sempre levados por promessas oficiais de muitos governos, de um discurso falso, no qual o sonho de uma vida melhor, ou movidos pela própria necessidade de sobreviver, torna-se algo fundamental no processo migratório. (PIMENTEL, 2012, p. 53)

Assim, Franciane Gama Lacerda (2006, p. 60-61) também enfatiza que “não se pode pensar na vinda de nordestinos para a Amazônia como algo homogêneo, mas sim dentro de sua complexidade”, pois, como já mencionado, cada processo migratório possui suas particularidades, assim como cada migrante tem algo a dizer sobre o ato de migrar.

¹ Manoel Alves Cavalcante, tem 88 anos de idade, casado, natural do Estado do Ceará da Cidade de Campos Salles, agricultor e pecuarista. Migrou para o Pará em [1973], com 44 anos de idade, fugindo, segundo ele, de uma terrível seca que assolava o nordeste que o impedia a sua criação de gado e ao plantio. Migrou para Santa Luzia guiado por amigos fazendeiros que lhe deram o suporte para a compra de terras. Traz consigo seus costumes e gostos para o referido local, além de suas filhas pequenas e logo depois o restante da família. Tem sua vida laboral ligada a produção de leite e queijo o que o permite ter novas perspectivas de vida para a criação e para sua família.

No trecho a seguir nossa coautora, Lindauva Santa Cavalcante Sousa², cearense, filha de Manoel Alves Cavalcante, migra em 1974 para cidade de Santa Luzia do Pará e quando questionada sobre as dificuldades em sua terra natal, ela diz que:

Ah, eu achava, mesmo sendo criança eu gostei mais daqui... primeiro porque lá não tinha fruta, (risos), é assim mesmo... e a água era bem distante, tinha que carregar na cabeça, eu não aguentava mais... e aqui a gente toma 3 banhos por dia, nem se compara..., é verdade, lá nós levava os animais até os açude pra beber aí depois... aí era a falta d'água, a desvantagem lá era a falta d'água, lá não tinha fruta era..., meu Deus do céu! (SOUSA, 2019 a, p. 1).

Na fala de Lindauva Sousa fica claro a questão do fator chuva, diga-se água, quanto às dificuldades enfrentadas pela falta de chuva em sua terra natal, pois ao diferenciar o local onde morava com o lugar de destino, onde permanece até hoje, compreende-se a partir do trecho, uma sensação de alívio por parte da protagonista, uma vez que a mesma diz gostar mais daqui pela abundância de água e a falta dela lá onde vivia.

Dessa forma, falar de migração nordestina para a Amazônia requer pensar na formação da sociedade dessa parte do Brasil, pois se constata a todo o momento que muitos nordestinos vieram para essa região. Assim, “o que seria uma trajetória aparentemente individual torna-se parte de um processo muito mais amplo de mobilidade de massa. Uma trajetória onde desfilam rostos, vidas com muito sofrimento, mas também com muita esperança e força para enfrentar, a luta pela sobrevivência”. (VALIM *apud* PIMENTEL, 2012, p. 53). Assim, a maioria desses migrantes foram atraídos pela oferta de trabalho e pelo anseio da melhoria de vida nessa nova terra.

De fato, os grupos que deixavam o nordeste, muitas vezes o faziam movidos por problemas climáticos, notadamente as secas, e as muitas consequências desse fenômeno, como a fome e a falta de trabalho. Entretanto, essa situação de miséria nem sempre se revertia com o término das secas, permitindo o retorno do migrante à sua vida anterior. Além disso, muitos migrantes se dirigiam à Amazônia com a expectativa de uma vida melhor que lhes seria proporcionada com o trabalho nos seringais ou na agricultura. (LACERDA, 2006, p. 27).

Neste excerto, Lacerda (2006) enfatiza que os migrantes nordestinos que vem à Amazônia em busca dessa suposta oportunidade de mudar de vida, e raramente retornam ao seu modo de vida anterior, que são forçados a migrar para sobreviver, são obrigados a se adaptar ao novo um clima e uma nova forma de subsistência.

² Lindauva Santa Cavalcante Sousa, tem 55 anos de idade, casada, natural do Estado do Ceará da Cidade de Campos Salles. Migrou para o Pará em 1973 acompanhando seu pai Manoel Pedro. Chega a Santa Luzia ainda muito adolescente e com certo estranhamento do local, seja a forma com que os paraenses falavam, seja a sua culinária. Sobretudo, logo ela consegue se familiarizar com o referido município, com as pessoas e com tudo aquilo que ele teria a lhe oferecer. Em Santa Luzia case-se com um paraense e constituiu família. Na presente cidade constrói laços afetivos e isso faz com que ela não tenha mais vontade de voltar ao nordeste.

Posto isso, vale lembrar as políticas de planejamento regional para a Amazônia pensadas pelo Estado brasileiro. A respeito dessas políticas, Bertha Becker (2009), enfatiza que:

A fase inicial do planejamento regional (1930-1966) corresponde à implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, e foi muito mais discursiva que ativa. A “Marcha para o Oeste” e a criação da Fundação Brasil Central (1964), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na constituição de 1946 e a delimitação oficial da região por critérios científicos foram marcos dessa fase, seguidos pela criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), mas apenas revelam uma preocupação regional sem ações correspondentes. Somente com Juscelino Kubitschek, calcado na “Energia e Transporte e em “Cinquenta Anos em Cinco”, ações efetivas afetaram a região, através da implantação da rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, duas pinças contornando as fimbria da floresta. A partir daí, acentuou-se a migração já que se efetuava em direção a Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960, e de modo acelerado a partir de então. (BECKER, 2009, p. 25)

Dado o exposto, observa-se que as políticas de planejamentos regional ou nacionais desenvolvimentistas pensadas para o país, o que inclui a Amazônia aqui pensada, começam desde a era Vargas permanecendo até os governos militares com o Plano de Integração Nacional. Segundo Becker (2009), foi entre 1966 e 1985 que o planejamento regional foi realmente efetivo, uma vez que visava o “progresso” e a Integração Nacional para a região amazônica. A respeito dessas políticas vale lembrar que a geografa Berta Becker (2005) enfatiza, isto é, ressalta que elas provocaram mudanças estruturais na região:

Dentre as mudanças, destaca-se a da conectividade regional, um dos elementos mais importantes na Amazônia. Não se trata apenas das estradas, elementos que contribuíram para depredação dos recursos e da sociedade, mas sim, sobretudo, das telecomunicações, porque a rede de telecomunicações na Amazônia permitiu articulações locais/ nacionais, bem como locais/ globais. Outra mudança importante é a da economia, que passou da exclusividade do extrativismo para a industrialização, com a exploração mineral e com a Zona Franca de Manaus, que foi um posto avançado geopolítico colocado pelo Estado na fronteira norte, em pleno ambiente extrativista tradicional. (BECKER, 2005, p. 73).

Assim, vê-se, a todo instante, constantes mudanças não somente geográficas do espaço, sobretudo, mudanças socioambientais e também culturais com o fluxo migratório que voltava a crescer com a abertura das rodovias, onde tal fluxo era ocasionado ou por migrantes que vinham para trabalhar na construção das Br’s ou quando não atraídos pelo desenvolvimento que elas proporcionariam aos determinados locais que elas iriam ser instaladas.

É justamente dentro desse processo que muitos municípios paraenses conseguem sua emancipação política dos espaços que antes eles estavam subjugados. Para tanto, vejamos:

Na década de 90 surgiram os demais municípios que compõem o Território Nordeste Paraense como: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Nova Esperança Piriá, Santa Luzia do Pará e Ulianópolis, todos em 1991 [...]. Portanto esses dois grandes

movimentos de constituição do Território Nordeste do Pará estão implicados por processos distintos, o primeiro com a expansão territorial europeia para a “constituição do Novo Mundo” e, o segundo, devido à implantação dos projetos desenvolvimentistas iniciados na década de 50 e 60 e continuados na década de 70 e 80 do século passado, sob a matriz da ideologia da integração nacional. (BARBOSA et al, 2011, p. 9-10).

O que se configura, a partir de então, é que muitos municípios surgem com a implantação das rodovias, a não ser errônea a comparação de que elas são umas verdadeiras espinhas dosais, onde as pessoas se instalam ao seu redor na tentativa de acederem economicamente, ou no mínimo, mudarem de vida no sentido de sobrevivência, pois partem do princípio que elas trarão desenvolvimento para cidade. Principalmente, se pensarmos em migrantes nordestinos que estão fugindo da grande estiagem que assola o nordeste em 1970.

Dessa maneira, para melhor nos situarmos, é válido fazer uma breve reflexão sobre o contexto de abertura de estradas neste período, no qual foram realizadas as aberturas das rodovias BR-010 (Bernardo Sayão)³ e a BR-316 (Capitão Pedro Teixeira), e como já mencionado, foram construídas a partir de políticas nacionais desenvolvimentistas, pensadas desde o governo de JK e posteriormente com os militares a partir da década de 1960. Ora, a abertura dessas estradas propiciou um novo ciclo de ocupação da região entremeio aos anos 50 aos 80, importando lembrar que a BR-010 foi “[...] o primeiro elo rodoviário da região amazônica com o centro-sul, influenciando a ocupação do território e a abertura de outras estradas na região, a exemplo das rodovias na zona costeira paraense [...]” (ALMEIDA, 2017, p. 23).

Com a política desenvolvimentista adotada pelos militares, bem como o lema, “ocupar para não entregar”, criou-se diversos projetos de ocupação na região amazônica, onde foram construídas estradas que pudessem ligar o Brasil à região Norte. Foi uma maneira encontrada para acabar com o isolamento que vivia a Amazônia, distante dos grandes centros, e levar à região desenvolvimento e progresso. Desta forma, estradas como a Belém-Brasília, a BR 316, a Cuiabá-Santarém, entre outras, foram planejadas com esse objetivo. (PIMENTEL, 2012, p. 76).

Dessa forma, segundo Adrielson Furtado Almeida (2017), ainda destaca que a construção da rodovia, BR-010, foi pensado com o intuito de integrar “o grande vazio”, a Amazônia, ao território nacional, porém não devemos esquecer que essa integração, principalmente com os militares ocorreu sob diversas óticas, haja vista que estes almejavam, sobretudo, “[...] que houvesse circulação de pessoas, tropas militares, mercadorias e a circulação da sociedade civil em cidades isoladas, que passaram a ter acesso terrestre pelas rodovias recém construídas.” (OLIVEIRA NETO *apud* ALMEIDA, 2017, p. 23). Bem como, pensava-se também a questão da Segurança Nacional. Nesse prisma, pode-se inferir

³ Inaugurada em 1960, mais conhecida como Belém-Brasília a rodovia homenageia o engenheiro Bernardo Sayão que morreu atingido pela queda de uma árvore em 15 de janeiro de 1959 durante a construção da rodovia.

que com a abertura dessas rodovias além da perspectiva de integração nacional, a região aumenta seu ritmo de urbanização, pois as margens delas vão surgindo diversos povoados, vilas e posteriormente cidades.

O exemplo disso, quando fora aberta a Transamazônica idealizada pelo então presidente, Emílio Garrastazu Médici, a qual foi pensada como meio de integrar o Nordeste à Amazônia e do mesmo modo integrar essas regiões ao resto do Brasil, o governo militar pretendia resolver o “problema” das populações flageladas pelas secas no Nordeste, bem como solucionar outro “problema” que era a baixa demografia da região amazônica, pois para a Amazônia, segundo o governo militar era preciso integrar para desenvolver.

Não posso falar à Amazônia sem pensar o Brasil integrado. Tenho bem presente o espetáculo de trinta milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15 por cento da renda interna. Sei que essa pequena produção está nas mãos de um décimo da população daquela área. Constatado que por falta de uma infra-estrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do país, que estão a espera de braços para constituírem novos pólos de prosperidade e riqueza. Conheço todo o drama da sua migração para o Centro-Sul, agravando as aglomerações marginalizadas das favelas. É, no entanto, a Amazônia, mais da metade do território nacional, podendo absorver muito mais que a população do que toda a população total do país. (...) Compreende-se afinal que, para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais teremos de desenvolver a 58 Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o país. (MÉDICI apud MENEZES, 2007, p. 58-59).

Assim, é de extrema relevância lembrar que a partir da abertura da Transamazônica a ocupação ao longo da rodovia que ficou a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a qual arquitetou essa ocupação pelas modalidades de agrovilas, agropólis e rurópolis. (MENEZES, 2007).

A respeito da ocupação da Amazônia pela abertura de estradas e incentivo da migração de nordestinos para resolver problemas enfrentados por essas pessoas devido aos grandes períodos de estiagem no Nordeste, podemos retornar a fala de Flávio Pimentel (2012), quando este trata dessas migrações incentivadas pelo governo destacando que a migração de nordestinos para a Amazônia quase sempre são resultados de discursos e promessas políticas de melhoria de vida, e que ao mesmo tempo essas propagandas governamentais de integração econômica, pensadas pelos governos militares, a qual buscou nos problemas enfrentados pela população do Nordeste, justificar a ocupação da região para integração da economia. Não é nossa intenção discutir em detalhes o Plano de Integração Nacional e sim pensar a vinda de nordestinos a partir dessas políticas de incentivo governamentais, todavia, não devemos tomar como verdade absoluta o discurso de que o plano era somente resolver as mazelas do Nordeste trazendo vários de seus nativos como mão de obra para desenvolver a Amazônia, mas considerar que a abertura da

Transamazônica garantiu uma soberania do governo na região que era considerada como um “grande vazio”⁴ no território brasileiro.

Este, de certo, tem sido um dos principais fatores de estudo quando se pretende entender os motivos que levou tal onda migratória de nordestinos para a região. Sendo este fator considerado relevante para entendermos como se deu as trajetórias de migrantes itinerários nordestinos que desembarcaram na cidade de Santa Luzia do Pará, considerando que a cidade é cortada pela BR 316, sem hesitação em dizer que a mesma influenciou a vinda de muitos destes a esse lugar, de forma incentivada ou mesmo voluntária.

Uma discussão necessária: a memória como ferramenta viva do passado no presente e a oralidade como fonte histórica.

Falar sobre a memória não é uma tarefa fácil, mas uma tarefa paulatinamente necessária para quem busca investigar um passado que poucos conhecem e que muitos podem não chegar a conhecer. Falar sobre memória é uma tarefa árdua pela complexidade que ela apresenta em suas diversas discussões e ambiguidades. Ora entendida, ora problemática, mas nunca fechada a novas indagações.

Arelado ao que ela se baseia desde seu cerne, a partir da leitura de Le Goff (1990), a presente discussão tem por objetivo pensar a memória como uma ferramenta viva do passado no presente e refletir como as relações sociais, culturais e afetivas ocorrem imbricadas a ela. É entender como os relacionamentos humanos se entrelaçam constituindo uma teia de símbolos e significados que podem ser reconstruídos pela reminiscência, ou seja, por aquilo que se conserva na memória e essa, mesmo frágil, é capaz de guardar momentos, que por algum motivo, ainda permanecem latente mesmo com o passar do tempo. Não à toa, pensar a memória é passar a compreendê-la dentro de um movimento embrionário que é gestado pela oralidade, principalmente, tal como fonte necessária para compreendermos os processos históricos acometidos por ela.

Tais premissas nos reportam para a discussão da memória enquanto conceito e o quanto sua complexidade ainda é notória, mas talvez esse seja um dos fatores que fazem dela uma grande e recorrente fonte histórica. Ao defini-la, Pierre Nora diz que:

⁴ A construção do imaginário da Amazônia como “grande vazio”, segundo Carlos Gonçalves (2010), reflete e revela questões já expostas pelo Estado desde período colonial, e esteve relacionada às dificuldades de colonização, “é a ideia de vazio demográfico frequentemente reiterada como que para justificar a necessidade de ocupá-la, para garantir a integridade territorial. Ver: GONÇALVES, Carlos W. P. **Amazônia, Amazônia**. 3 ed. São Paulo. Contexto. 2010. P. 33.

[...] a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas. [...] (NORA, 1993, p. 9).

Desse modo, percebemos que a memória é um elo entre o passado e o presente e que permanece viva através da lembrança, e dos grupos que as viveram ou as conceberam. Dessa forma, Jacques Le Goff (1990), enfatiza dizendo que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. (LE GOFF, 1990, p. 423). Ou seja, a memória seria uma espécie de repositório que é revisitado quando surgem as inquietações e questionamentos do próprio presente, de igual modo, tal afirmativa nos permite compreender ainda mais o que é a memória e como ela atua na própria sociedade de quem ela é fruto, e permite-nos fazer análises do passado em busca de entender o próprio presente.

Portanto, se faz necessário pontuarmos o que aponta Michael Pollak (1992) ao dizer que “a memória é seletiva. Nem tudo fica registrado. [...] a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”. (POLLAK, 1992, p. 203-204). Ora, diante de tais premissas passamos, de forma inicial, compreender como se dá o jogo entre a memória dentro de um processo migratório, em especial, de quando ele ocorre de maneira itinerante. Não à toa, os sujeitos dentro de seu processo migratório, estão sempre ou quase sempre, carregados de suas muitas memórias que por vezes as aproximam ou se distanciam de seu lugar de origem e dos indivíduos que ficaram em sua terra natal. O relato seguinte é a retomada da narrativa da migrante nordestina Lindauva Santa Cavalcante Sousa que relata os aspectos culturais e religiosos que trouxe do nordeste para a presente cidade, a fazer alusão o quanto eles permaneciam latente em um espaço diferente do seu e o quanto essa memória ainda permanece viva mesmo com o passar do tempo.

[...] vinham muita gente pra rezas aqui era porque nos dava o lanche, era, o costume de lá, né,... aí nós dava aquele lanche pro pessoal, tinha muito queijo muita qualhada e nós fazia bolo, nós gostava mesmo de juntar o pessoal aqui em casa, aí quando era noite se um fizesse um fogueira, tivesse de chuva nós não fazia, tivesse... aí nós fazia e vai todo mundo pro meio do terreiro porque nós quem ia cantar...e vinha gente de muito longe pra essas rezas aqui... aí quando passava a reza nós ia tudo pro terreiro brincar de roda, aí nós trazia de lá as músicas que nós brincava lá, é tanto que ainda hoje todo mundo casado que ainda lembra, era tão bom naquele tempo que a gente ia pra lá na semana santa brincar de jogar peteca [...] (SOUSA, 2019 a, p. VIII-IX).

Atrelado a essas afirmativas, fica evidente que, de fato, o migrante (mas não somente ele) não consegue registrar tudo aquilo que viveu durante suas “andanças”, mas deixando registrado apenas aquilo que lhe marcou seja de forma positiva ou não. A memória do ser migrante, em sua maioria, é nostálgica, seja pela lembrança triste ou alegre de sua terra de origem, seja pela sua trajetória até chegar o seu “novo destino”. As memórias se misturam e se entrelaçam. Algumas se perdem pelo caminho dentro da velha e volumosa bagagem afetiva e cultural do migrante nordestino. Uma discussão que merece ser destacada aqui nesse exato momento é a de Pollak (1992) ao citar Maurice Halbwachs ao balizar a memória como sendo ele um fenômeno coletivo:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva [...]. (POLLAK, 1992, p. 201).

Tal premissa nos permite pensar que cada momento da migração a memória carrega em si uma cultura, uma identidade, pois a memória, como salienta a citação acima, é um fenômeno social, construída pelos sujeitos de forma individual e coletiva. Assim, nos reportamos a ideia de que em cada “parada”, o migrante, em seu traslado, não só constrói memórias individuais, ou seja, somente suas, sobretudo coletivas a partir de cada experiência e vivência adquirida com os grupos com os quais tais sujeitos passam a ter contato e o que fica é aquilo que cada indivíduo ou que cada grupo seleciona como importante, como pontos simbólicos e cheio de significados. Em diálogo com Jacques Le Goff (1990) entendemos que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos qual a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. (LE GOFF, 1990, p. 426). De certo, a memória é um dos caminhos para a compreensão das problemáticas que surgem ao longo tempo, seja na própria memória que se tornou alvo de disputa, seja pela própria História que também sofre do mesmo mal. Ela, assim, é por vezes responsável pelo trabalho de investigação dos “transbordamentos ou dos retraimentos” daquilo que ainda se busca dar respostas.

O que se quer dizer até aqui é que ninguém migra sem a sua memória, sem suas lembranças ou sem o seu elo entre suas raízes identitárias com os novos laços que serão construídos, a partir de então. Sobretudo, balizar o quanto as memórias são importantes para o entendimento do passado e pelo estudo dele, pois elas, sem dúvida, nos ajudam a compreender os processos históricos em dados momentos e nessa pesquisa, nos ajudarão a entender e investigar a trajetória dos migrantes itinerantes para a cidade de Santa Luzia do

Pará. Evocar as memórias dos sujeitos que se deslocaram do nordeste para à Amazônia, em especial, para Santa Luzia, nos permitem entender porque tais migrantes se deslocaram de suas terras e, nessa caminhada itinerante, como determinaram tal município como seu ponto “final” de seu trajeto.

Ao iniciarmos falando sobre a oralidade como fonte histórica, precisamos pontuar alguns seguimentos que consideramos importante. Primeiro situá-la em seu contexto histórico para depois compreendê-la como grande agente do desenvolvimento da História e, em especial, da História Social. Para tanto, Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna dizem que:

[...] O que conhecemos como história oral é uma prática muito antiga, intimamente ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana. A História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado. Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. (MATOS; SENNA, 2011, p. 97).

Nesse fito, segundo as autoras mencionadas percebemos quão antiga é a prática da História Oral e a importância dela para o desenvolvimento da História e da perpetuação de nosso passado histórico. Logo, notamos que fazer uso da história oral enquanto fonte histórica é alargar as visões que se tem do objeto de estudo e torna-lo mais dinâmico e plural. Sobretudo, como salientam as autoras ela sofreu, ao longo do tempo, certo preconceito e resistência por parte dos próprios historiadores. Mas que passa a ser vista com outros olhos a partir de “movimentos de renovação metodológica, realizados pelas escolas britânicas, norte-americanas e francesas, o campo de pesquisa se alargou para o historiador, fazendo com que esse tipo de fonte passasse a ser explorado com mais regularidade, vencendo de certa forma os preconceitos”. (MATOS; SENNA, 2011, p. 98).

Dessa forma, segundo Matos e Senna (2011) a História Oral surge no decorrer do século XX, em especial, nos Estados Unidos a partir do momento em que grupos de historiadores se organizam e passam a fundamentar esses estudos através de eventos, seminários e etc. Tal método foi difundido principalmente com o surgimento do gravador na década de 1950 e a partir daí acaba por se disseminar pela Europa, mesmo que segundo as autoras, não com a mesma intensidade dos EUA.

Logo, a partir de seu surgimento ou de sua propagação enquanto fonte histórica, fato é que a oralidade não pode ser vista apenas como uma mera complementação da fonte

escrita, mesmo que isso tenha sido defendido por alguns autores ao longo do tempo, sobretudo, ela abre novas perspectivas para a pesquisa e propõem um trabalho interdisciplinar com as novas áreas do conhecimento científico, pois [...] “ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época”. (MATOS; SENNA, 2011, p. 101). Como as autoras propõem, ela enriquece o estudo científico, e nos permite ter uma visão mais ampla dos agentes históricos.

Atrelado a isso, um dos meios para que possamos ter acesso a tais memórias se faz necessário nos reportar a essa grande fonte histórica, assim como Michael Pollak (1992) denomina como as “histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral”. (POLLAK, 1992, p. 200). De certo, não há dúvida de quão importante é a história oral para a História enquanto ciência que estuda o homem em suas diversas temporalidades, bem como qualquer ciência que trabalha com histórias de vida, por exemplo, ou com investigação do passado, em especial. Michael Pollak (1992) é enfático ao dizer que a história oral é um dos caminhos para estudarmos as problemáticas da própria memória.

Isso nos leva a crê que a história oral, ao longo de seu desenvolvimento, ajudou a consolidar os novos métodos de pesquisa dentro da História voltados para o estudo da memória, a tornar-se não uma fonte irrefutável, ao contrário, porém, Pollak (1992) é honesto quando diz que é uma fonte totalmente passível a críticas assim como qualquer outra fonte seja ela documental ou não. Dessa forma, quando tenta desmitificar o ideário que se construiu ao longo do tempo de que a fonte escrita é superior a fonte oral e sobre a sensibilidade de trabalhar com tal fonte, ele diz que:

[...] Seria importante observar a maneira de trabalhar dos historiadores, quer eles trabalhem com escritos biográficos ou com relatos, ou seja, seria importante estudar não com o que eles trabalham, mas como eles trabalham. [...] Há historiadores que são fãs dos arquivos, que sentem a necessidade de segurar o papel velho, e que falam disso, do mesmo modo que eu posso falar, depois da entrevista, do cafezinho servido por aquela velha senhora que quase me chamou de filho ... Acho que há uma sensibilidade no trabalho científico, e cada vez que ocorre uma mudança no trabalho, ela se traduz quase que fisicamente na sensibilidade das manipulações. Seria muito interessante refazer uma história das ciências questionando a importância dessa sensibilidade no contato com os materiais sobre os quais a gente trabalha, em relação àquilo que a gente pesquisa e sobre o que a gente escreve. (POLLAK, 1992, 211-212).

Destarte, a partir da referida afirmativa, evidenciamos o uso da oralidade como fonte histórica e quanto ela está passível a diversos questionamentos, pois está pautada no empirismo, naquilo que sujeitos ou grupos armazenam em suas memórias e as “resgatam”

através das lembranças acometidas pelos diversos eventos que, para eles e elas, são considerados marcantes. Assim, um dos papéis da oralidade é dar lugar de fala a quem, na maioria das vezes, é silenciada, ou quem, para a história tida como oficial – dentro de seu processo histórico, fora tido como irrelevante e [...] “numa atitude quase militante, quer dar a palavra àqueles que jamais a tiveram” [...]. (POLLAK, 1992, p. 210). Isto é, dar direito de fala aqueles e aquelas que a história documental, por algum motivo, deixou à margem. O registro oral dessa forma seria uma das principais maneiras de registrar os testemunhos de migrantes nordestinos que se deslocam de sua terra para outras e que se deparam com tantas “variações linguísticas” pertencentes a cultura e identidade de sujeitos diferentes. Para tanto, temos a narrativa de Lindauva Sousa que nos demonstra a sua experiência ao chegar em Santa Luzia do Pará:

[...] Não.. eu acho assim que quem estranhava era eles... que nós falava doidiça mesmo.. só que eles eram tão bacana que eles não davam assim dismostração...eles nunca (risos)...nós era que falava mais errado assim. Agora eles eram mais... um portugues mais bacana, que nós conversamo assim a gente.... Mana... engraçado, eles chamam é tipo assim “Sandalia”, nós chama é chinelo, olha é engraçado aqui.. eles chamam é tal coisa, e aí nós, meu Deus do céu, o que é escapa? Aí nós maldou.. vala.. vão ser doida assim pra lá. Aí do mesmo jeito eles diziam com a gente. Eu acho que eles diziam assim: “esses cearenses chamam é assim pra tal coisa... [...]” (SOUSA, 2019, p. VI).

Podemos perceber a partir da presente narração o quanto se faz necessário darmos lugar de fala a sujeitos como Lindauva que exemplifica como se deu o seu “choque cultural” e a sua adaptação no presente lugar. Ou seja, observar como ela enxergava o luziense e como estes enxergavam aqueles e aquelas que desembarcavam em suas terras.

Concomitante a isso, Alessandro Portelli (1997) em seu texto: “O que faz a história oral diferente” nos remonta para os diversos usos da oralidade e de como ela é uma fonte de cunho interpretativo e por ser como tal, é preciso balizá-la para que possamos fazer o bom uso dela, para tanto, ele descreve:

[...] O primeiro aspecto que é usualmente destacado é sobre a origem: as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e a cultura material destas pessoas e grupos. [...] (PORTELLI, 1997, p. 27).

Não à toa, como suscita a seguinte afirmativa à oralidade seria uma forma de dar visibilidade a essas pessoas enquanto sujeitos históricos e por meio dela (da história oral), investigar a sua memória, organizando as ideias e os eventos que ocorreram em seu trajeto até Santa Luzia do Pará. Por meio de tais fontes, podemos capturar a cultura, a identidade e perceber como tais indivíduos se identificam dentro desse novo espaço que por vezes não é estranho, mas que têm suas particularidades. O relato seguinte continua sendo da migrante

nordestina Lindauva Sousa que fala do seu processo de adaptação no presente espaço sempre fazendo comparação com o seu lugar de origem, o nordeste. Assim, ela destaca:

[...] Quando nós chegamos... pra enxugar roupa nós dizia “meu Deus esse lugar não tem sol não, mas tá bom”. Até hoje nós não come não, esses negócios de camarão, caranguejo, essas comidas assim típicas do Pará, esse negócio: pato no tucupí, até hoje nós não come, nós ainda come mais assim a comida de lá, é galinha é peixe, tá entendendo?. Nós gosta assim, do vatapá, agora caranguejo, Deus me perdoe que é um alimento, né? Mas quer ver eu gritar é quando eu vejo aquele bichos se mexendo... “ai minha nossa senhora!”, não, parece essas aranhas caranguejeira, e eu, Deus do céu! Lá tem muita festa de santo, mas pra esse lado daqui, lá é mais animado, eu achei, as de lá são bem mais animadas, lá faz uns leilão muito grande, tá entendendo? que é mais diferente que as daqui... mas aqui nós continua rezando... todo dia nos estamos ali pra rezar o terço, papai começa o terço, todo santo dia de tarde, e agora não vai não (risos), tradição.... (SOUSA, 2019 a, p. V).

Nesse trecho, a migrante nos confidencia como foi o seu processo de adaptações culturais e climáticas assim que chega a presente cidade, sempre rememorando a sua cidade natal e fazendo comparações do que havia no Ceará e do que passou a conhecer aqui no Pará. Interessante perceber as trocas culturais e identitárias que ela acaba adquirindo ao longo de sua estadia no novo lugar. Além disso, fica evidente o que a sua memória selecionou como importante ao longo do tempo, os seus traços culturais e sua identidade fora uma delas, a mostrar como ela passou a conviver com novos costumes e hábitos.

Nesse ímpeto, convém ainda lembrar que trabalhar com fontes orais é uma tarefa árdua, cansativa não somente pela adoção do método das realizações e transcrições das entrevistas, mas pelo o que gera em torno da coleta de dados, a fazer com que o sujeito, tido como objeto de pesquisa, sinta-se seguro em confiar ao pesquisador sua história de vida, pois [...] “uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesses. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si. [...] (POLLAK, 1992, p. 213). Essa talvez seja a velha máxima por onde versa o trabalho com a oralidade: confiar a quem se “deposita” seus relatos de experiências e vivências de vida, e filtrar tudo aquilo que as fontes orais destacam como importante em sua trajetória.

Alessandro Portelli (1997), como um bom autor que discute a história oral, ressalta o quanto a oralidade torna visível a não factualidade dos eventos em si, sobretudo o que fica imerso na memória de cada indivíduo. Talvez esteja aí o fio condutor de nossa pesquisa, pois ao selecionar a oralidade como um dos métodos de nosso trabalho procurou-se investigar os eventos que permaneceram ocultos até o presente momento, ou seja, buscamos interrogar a memória dos migrantes nordestinos que, em algum momento de suas

vidas, seguiram caminho para a cidade de Santa Luzia do Pará, pois de certo, sempre há algo novo e diferente em cada uma dessas memórias, pois mesmo tratando de nordestinos em um contexto geral e amplo, toda história de vida, todo processo migratório, há suas particularidades; colocá-las como hegemônicas seria um tanto quanto errôneo quanto perigoso.

Nesse sentido, seguindo a linha de argumentação de Portelli (1997) percebemos que [...] “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. [...] (PORTELLI, 1997, p. 31). Isto é, as fontes, por meio das entrevistas, nos contam muito mais do que nossas perguntas tentam abarcar e coletar, sobretudo nos revelam não somente suas experiências, mas as experiências de outrem, daqueles que encontram pelo caminho e que por alguma razão seguiram “estrada” entrelaçada com as suas memórias. A memória, assim, torna-se uma antiga aliada da história oral, pautada por aquilo que o cérebro fora capaz de organizar e armazenar e sempre ou quase sempre vem à tona quando a memória é acionada e esta é transposta por via oral. O trecho a seguir é do senhor Manoel Cavalcante, 88 anos, migrante nordestino da cidade de Campos Sales, no Ceará, e relata um pouco de sua infância na sua cidade natal e ao ser questionado como ela teria sido, a memória, por vezes, falha, consegue armazenar um momento nostálgico com o seu pai, vejamos:

Quando eu completei 10 anos cheguei lá peguei na enxadinha dele, desse tamanho... perto da estante e peguei assim no cabo... “meu pai, me dê licença aí..” peguei assim, “olha essa enxadinha vai ficar comigo pra eu trabalhar.” Ele foi lá e comprou uma enxada nova e não adianta.. eu vou tomar essa enxada nova... me deu essa enxada novinha e foi com a enxadinha velha trabalhar, eu peguei... dê licença.. os caixão está tudo cheio de farinha... os caixão de caber cento e tanto saco de farinha.. aí tá tudo cheio de farinha... os camburão tá tudo cheio de feijão e arroz e mio e tudo, pra quê o senhor vai trabalhar? Agora vai acabar os punhos das redes veias e as cordas lá nos apeldim, se deite, passe lá alpende fica deitadim só se balançando olhando quando eu sair pra roça.... [momento emocionado] “mas meu fi, cê é o quinto, nenhum dos outros quatro se lembrou de fazer isso comigo...” Aí é muita coisa que lembrança sua... de tomar a minha enxada. Fiquei lá se balançando, graças a Deus viveu muitos anos... Todo mês eu ia lá... todo mês.(CAVALCANTE, 2019, p. VII).

Aqui, percebemos o quanto a memória de Manoel Cavalcante fora longe, conseguindo alcançar memórias que nem ele achava que fora lembrar. Notemos que ao trazer em representação a memória de seu pai, ele sentiu-se um tanto quanto emocionado, nostálgico por lembrar-se de sua infância no nordeste e de como a sua vivência de “homem trabalhador do sertão” o fez uma pessoa capaz de enfrentar as dificuldades climáticas e emocionais que culminava na sua despedida do nordeste para Santa Luzia do Pará.

Á luz disso, notamos quão importante são as histórias de vida, ou seja, a história oral, como define Pollak (1992), para as discussões da memória e da própria História, a fazer com que possa emergir como salienta Pollak (1989) em outro texto: “Memória, Esquecimento, Silêncio”, as memórias subterrâneas, aquelas que ficam sempre ou quase sempre a margem do que se perpassa a história oficial.

Considerações finais

Diante de tudo que fora exposto até aqui, nota-se quão importante é o estudo da Memória e da História Oral para o entendimento de processos migratórios, haja vista que estas são umas das grandes responsáveis pelo estudo do passado, estando elas entrelaçadas com as inquietações do presente, e com as descobertas que, talvez, o futuro ainda nos releve. Assim, é inegável a força teórica e metodológica que a memória ganha dentro do estudo da história da migrações, sem esquecer, jamais, do aparato/suporte que a História Oral tem dentro desse contexto. Sendo assim, tanto a memória quanto a história oral servirá como um grande elo entre o passado e o presente, a dar vida às representações das trajetórias dos migrantes itinerantes rumo à Santa Luzia do Pará; de dar voz aqueles e aquelas que seguiram sua caminhada de forma retirante, com suas tradições, culturas e identidades sertanejas em direção à Amazônia, em especial ao nordeste paraense do qual pertence o lócus desse estudo.

Não à toa, o resultado desta pesquisa se torna um contributo simples para a história social do município, bem como para a História Social da Amazônia, apresentando caminhos para pesquisas futuras que poderão, como esta, contribuir para tantas outras discussões. Nesse fito, é preciso entender o nordestino, não como um ser homogêneo, pois cada estado de seu território carrega suas marcas, identidades e suas narrativas. Nordestino é um ser migrante: seja geograficamente, seja culturalmente, seja historicamente. Migra porque precisa, porque necessita e, acima de tudo, porque consegue, na maioria das vezes, enfrentar os muitos desafios que sua trajetória itinerante exige.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adrielson Furtado. **Os efeitos das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico na zona costeira do nordeste paraense: expansão rodoviária, urbanização e atividade turística.** 2017. 115 p. Tese de Doutorado. (Doutorado em Ciências ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

BARBOSA, Maria José de Souza et al. **Território Nordeste Paraense: Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará.** 2011.

Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra061.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro. Garamond. 2009.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2006. 340 p. Tese de Doutorado. (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e memória. **Unicamp. Campinas**, 1990.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: Estado, Homem, natureza**. Belém, CEJUP, n. 1. 1992.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**. Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MENEZES. Fernando Dominiense. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”**. 2007. 147 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. "Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização", p.11-26. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. In: **Migrações Nordestinas no Século 21 -Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014. <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-04>

PIMENTEL, Flávio Reginaldo. **Memórias e migração presentes em narrativas orais de migrantes nordestinos na Amazônia paraense**. 2012. 132 p. Dissertação (Mestrado em letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 14, 1997.

FONTES ORAIS

CAVALCANTE, Manoel A. **“Relato sobre a sua trajetória de migração para Santa Luzia do Pará.”** Entrevista cedida para Cleiciane Barreto. Santa Luzia do Pará, 20 de Abril de 2019, [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice deste trabalho de conclusão de curso].

SOUSA, Lindauva C. A. **“Relato sobre a sua trajetória de migração para Santa Luzia do Pará.”** Entrevista cedida para Cleiciane Barreto Santa Luzia do Pará, 20 de Abril de

2019, [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice deste trabalho Orade conclusão de curso].

SOBRE OS AUTORES

Marcos Antônio de Carvalho

Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), especialista em Formação Sócio Econômica do Brasil (UNIVERSO-RJ) e Educação Ambiental (FACINTER-PR), graduado em História pela Universidade do Estado de Goiás (UEG), Professor concursado na Secretaria de Educação do Pará (SEDUC) e Professor Substituto da Universidade do Estado do Pará.

E-mail: mcarvalho73@yahoo.com.br

Cleiciane do Socorro Rodrigues Barreto

Licenciada Plena em História pela Universidade do Estado do Pará – UEPA (2020). Email: cleicianengl3@gmail.com

Edivan Ferreira Nascimento

Licenciado Pleno em História pela Universidade do Estado do Pará – UEPA (2020). Email: edivanferreira02@gmail.com

Recebido 04/01/2019

Aprovado 20/02/2019